



MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E EDUCAÇÃO NO CAMPO: IMPACTOS E CONTRADIÇÕES NO BRASIL (1970–2000)

Osmeni Amélia Figueiredo Arantes¹
Thainara Nominato Silva Coelho², Joselaine Carla Ferreira³

¹Pontifícia Universidade Católica de Goiás/ osmenirv@gmail.com

² Pontifícia Universidade Católica de Goiás / thainara25nominato@gmail.com

³ Pontifícia Universidade Católica de Goiás / joselaine.ferreira@uol.com.br

Resumo

Este trabalho analisa os impactos da modernização agrícola sobre a educação rural brasileira entre as décadas de 1970 e 2000. A pesquisa, de caráter bibliográfico, baseou-se em obras, artigos e documentos que discutem a expansão do agronegócio e suas repercussões sociais e educacionais. Os resultados apontam que, embora a modernização tenha elevado o Brasil ao patamar de potência agroexportadora, seus benefícios se concentraram em grandes proprietários, aprofundando desigualdades e promovendo a concentração fundiária. No campo educacional, verificou-se que a escola rural se manteve vinculada a currículos urbanos e padronizados, distantes da realidade camponesa. Contudo, a partir dos anos 1980, movimentos sociais passaram a reivindicar uma educação mais próxima das condições de vida do campo, consolidando o conceito de educação do campo como alternativa crítica e emancipadora. Conclui-se que a relação entre agricultura e educação expressa contradições históricas e aponta para a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas.

Palavras-chave: Modernização. Educação rural. Educação do campo.

Introdução

A partir da década de 1970, o campo brasileiro passou a vivenciar intensas transformações decorrentes da modernização agrícola, impulsionada pela chamada “Revolução Verde” e pelo regime militar. Esse processo consolidou o uso de tecnologias, mecanização e insumos industriais, inserindo o Brasil no cenário internacional como potência agroexportadora (Del Grossi; Graziano da Silva, 2005).

Contudo, os benefícios dessa modernização concentraram-se em grandes proprietários, enquanto pequenos agricultores foram marginalizados. Esse movimento gerou êxodo rural, concentração fundiária e aprofundamento das desigualdades sociais, caracterizando um modelo produtivista e excludente (Meyer; Braga, 1998).

As mudanças estruturais também tiveram reflexos diretos na educação, especialmente nas escolas rurais, que passaram a reproduzir currículos urbanos e padronizados, desvinculados da realidade camponesa (Saviani, 2007). Fernandes (2011) observa que, historicamente, a escola rural funcionava como instrumento de dominação das elites, um quadro reforçado durante a Ditadura Militar.

Por outro lado, a partir dos anos 1980, movimentos sociais e experiências comunitárias abriram caminho para a chamada educação do campo. Essa proposta pedagógica crítica buscava valorizar a cultura camponesa e reconhecer o campo como território de vida, em oposição à lógica urbana dominante (Caldart, 2004; Arroyo, 1998).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, os impactos da modernização agrícola sobre a educação rural brasileira entre as décadas de 1970 e 2000, evidenciando tensões, contradições e alternativas pedagógicas.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo é de caráter bibliográfico, fundamentada na análise de obras, artigos científicos e documentos que discutem a modernização agrícola e suas implicações sociais e educacionais no Brasil. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo sistematizar o conhecimento já produzido sobre o tema, permitindo a compreensão crítica das transformações ocorridas no campo a partir da década de 1970 e de suas repercussões na organização da escola rural.

Resultados e discussões

A revisão bibliográfica realizada evidencia que a modernização agrícola consolidou um modelo de desenvolvimento excludente no campo brasileiro. Ao mesmo tempo em que projetou o país como potência agroexportadora, esse processo concentrou benefícios em grandes proprietários e agravou desigualdades sociais. Gonçalves (2015) aponta que o crédito subsidiado, elemento central dessa modernização, foi direcionado principalmente às elites agrárias, deixando à margem os pequenos agricultores e camponeses. Esse cenário contribuiu para a concentração fundiária e para a reorganização territorial do Centro-Oeste, em especial no Cerrado goiano, onde municípios como Rio Verde se transformaram em polos do agronegócio.

No campo educacional, os resultados indicam que a escola rural se manteve, por longo tempo, atrelada a um currículo urbano e padronizado, reproduzindo interesses de grupos dominantes e negligenciando os saberes locais (Saviani, 2007). Fernandes (2011) interpreta esse fenômeno como parte de uma lógica de dominação histórica, em que a educação funcionava como instrumento de disciplinamento social. A literatura consultada mostra, ainda, que essa realidade foi tensionada a partir da década de 1980, quando os movimentos sociais

passaram a reivindicar uma escola mais próxima da vida camponesa e articulada às lutas pela terra e pela cidadania.

Essas discussões revelam que a educação do campo emerge como contraponto às contradições geradas pela modernização agrícola. Caldart (2008) e Arroyo (1998) destacam que a construção desse projeto pedagógico está diretamente vinculada à resistência dos sujeitos do campo, que defendem uma escola voltada à valorização da cultura, da autonomia e da identidade camponesa. Assim, os resultados da pesquisa mostram que a relação entre agricultura e educação não pode ser analisada apenas sob a ótica produtivista, mas deve considerar também os processos de exclusão e as alternativas que emergiram como práticas de resistência e afirmação social no meio rural.

Considerações Finais

O estudo teve como objetivo analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, os impactos da modernização agrícola sobre a educação rural brasileira entre as décadas de 1970 e 2000. Os resultados apontaram que a expansão do agronegócio, apoiada por políticas estatais e créditos subsidiados, consolidou um modelo produtivista que concentrou benefícios em grandes proprietários e aprofundou desigualdades sociais no campo.

No âmbito educacional, verificou-se que a escola rural permaneceu por muito tempo subordinada a uma lógica urbano-industrial, com currículos padronizados e desvinculados da realidade camponesa. Entretanto, a revisão da literatura também mostrou que, a partir dos anos 1980, movimentos sociais passaram a tensionar esse modelo, defendendo uma proposta de educação do campo pautada na valorização da cultura, da autonomia e dos saberes locais.

Assim, conclui-se que os objetivos propostos foram alcançados, ao evidenciar as contradições entre a modernização agrícola e as demandas por uma educação comprometida com os sujeitos do campo. O trabalho contribui para a reflexão crítica sobre os caminhos da escola rural brasileira e para a compreensão da educação do campo como alternativa política e pedagógica frente ao modelo excludente consolidado no período analisado.

Agências de fomento: Esta pesquisa está integrada ao sistema de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Apoio a Projetos de Pesquisa – Chamada Pública CNPq N° 50/2024 – Programa Institucional de Bolsas de Pós – Graduação (PIBPG) – Ciclo 2025, com o tema Cadeia produtiva do milho: uma abordagem multidisciplinar de formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A escola possível é possível?** In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna (org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-82.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 35-64, 2008.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. In: DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José (org.). O Novo Rural Brasileiro. Campinas: Unicamp/IE, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do campo e território em disputa**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2006. p. 23-36.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GONÇALVES, José Sidnei. **Modernização da agricultura no Brasil: o papel do crédito rural**. Revista de Economia e Sociologia Rural, *Brasília*, v. 53, supl. 1, p. 69-88, 2015.

MEYER, Ricardo; BRAGA, Roberto. **Modernização da agricultura no Brasil: uma análise crítica**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.